

HABEAS CORPUS Nº 478.495 - SP (2018/0298902-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MARCELO LUIZ BORRASCA FELISBERTO
ADVOGADO : MARCELO LUIZ BORRASCA FELISBERTO - SP250160
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO VITOR CARVALHO RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JOÃO VITOR CARVALHO RODRIGUES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2206811-31.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 16.9.2018 por ter supostamente praticado delitos tipificados no art. 157, § 2º, inciso II, c/c 29 do Código Penal (roubo circunstanciado). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja ordem foi denegada nos termos do acórdão de às fls. 115/118

No presente *writ*, o impetrante alega ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada. Afirmar que a mera superioridade numérica dos agentes, no máximo faz parte do próprio elemento normativo do tipo imputado ao paciente.

Ressalta que não houve uso de arma de fogo na prática ou de agressão no delito e a que a vítima recuperou o bem. Sustenta que, diante das circunstâncias judiciais favoráveis, o paciente será condenado em regime diverso do atualmente estabelecido.

Pugna, assim, em liminar, pela expedição de alvará de soltura em favor do paciente e no mérito, pela confirmação da liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade o deslinde do processo criminal.

Indeferida a liminar (fls. 123/124) e informações prestadas (fls. 131/141), o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls. 144/152).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes obtidos na página eletrônica do Tribunal de origem, verifica-se que em 30/01/2019 foi concedida liberdade provisória ao ora paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 17 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

